

LUX JORNAL Diário Catarinense – Florianópolis - SC Publicado: 21/02/2001	190		
		1485	1

CONFLITO

Juiz garante trabalho em reserva

Grupo da Funai vinha sendo impedido pelos colonos de avaliar benfeitorias

DARCI DEBONA
CHAPECÓ

Uma liminar do juiz federal João Batista Lazzari vai garantir que o Grupo de Trabalho constituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai) inicie o levantamento das benfeitorias em 975 hectares da Sede Trentin, em Chapecó. O objetivo é a desapropriação reivindicada pelos Kaingang da aldeia de Toldo Chimbangue.

O Grupo de Trabalho está em Chapecó desde 12 de fevereiro, mas foi impedido de atuar pelas 70 famílias de agricultores que moram no local. Os atuais proprietários reivindicam também a indenização das terras.

Um dos integrantes do grupo, o agrônomo do Incra, Carlacéu Alencar da Mota, afirmou que caso os agricultores não permitam o levantamento podem ser detidos por desobediência à ordem judicial.

Ontem o diretor de Assuntos Fundiários da Funai, Reinaldo Florindo, reuniu-se com os caciques das aldeias Xapecó de Ipuaçu, Toldo Pinhal de Seara, Toldo Chimbangue e Condá de Chapecó. Mas a reunião mais tensa foi com os agricultores das comunidades de Praia Bonita, Lageado Veríssimo e Gramadinho, onde deve ser criada a área indígena da Aldeia Condá em 2,3 mil hectares.

Os 360 Kaingang da aldeia vivem em 100 hectares alugados pela prefeitura de Chapecó e Funai. Eles foram deslocados de uma área próxima ao Centro. Segundo o cacique Valdemar Salvador, a área histórica fica onde foi construída a cidade e aguarda que a Funai acelere a compra da nova área para que a comunidade possa viver em melhores condições. A Funai tinha R\$ 500 mil previstos no orçamento para iniciar as desapropriações.